



# Revista Angolana de Ciências

Vol. 8, Nº 1. e080111. Janeiro – Junho, 2026  
(Publicação em Fluxo Contínuo)

## O Paradoxo do Gasto Público em Angola: Uma Análise à Luz da Perspectiva Keynesiana

**The Paradox of Public Spending in Angola: An Analysis  
a Keynesian Perspective**

**La Paradoja del Gasto Público en Angola: Un Análisis  
desde una Perspectiva Keynesiana**

**Paulo Vica<sup>1</sup>**

### RESUMO

O presente estudo analisa os determinantes do crescimento económico em Angola, com particular enfoque na composição da despesa pública e na sua interação com variáveis macroeconómicas chave. Do ponto de vista metodológico, a investigação recorre a um modelo de Vetores Autorregressivos (VAR), como principal estratégia empírica, permitindo captar as interdependências dinâmicas entre o Produto Interno Bruto (PIB), os diferentes tipos de gasto público, a taxa de câmbio, o preço do petróleo e a receita fiscal. As variáveis foram transformadas em logaritmos naturais e testadas quanto à estacionariedade através do teste de Augmented Dickey-Fuller test, sendo posteriormente diferenciadas para garantir propriedades adequadas das séries temporais. Os resultados revelam que os efeitos da despesa pública sobre o crescimento económico variam significativamente em função da sua composição. Em particular, os investimentos públicos apresentam o impacto positivo mais robusto, enquanto os gastos com salários e pensões evidenciam efeitos moderados e os gastos com bens e serviços demonstram menor eficiência económica. Adicionalmente, o preço do petróleo emerge como variável determinante, reforçando a vulnerabilidade externa da economia angolana. Os resultados sugerem que a sustentabilidade do crescimento económico depende não apenas do volume da despesa pública, mas sobretudo da sua composição, sendo crucial priorizar gastos com maior efeito multiplicador.

**Palavras-chave:** Crescimento do PIB; Diversificação; Gastos Públicos; Angola; VAR.

**RECEBIDO:** 21/01/2026

**ACEITE:** 15/04/2026

**PUBLICADO:** 20/06/2026



Como citar: Vica, P. (2026). O Paradoxo do Gasto Público em Angola: Uma Análise à Luz da Perspectiva Keynesiana. *RAC: Revista Angolana de Ciências*, 8(1), e080111. <https://doi.org/10.54580/R0801.11>

**E-ISSN. 2664-259X**

1. ULA. Luanda, Angola  
[paulo.vica23@hotmail.com](mailto:paulo.vica23@hotmail.com) / <https://orcid.org/0009-0005-6497-2305>

e080111



© 2026. The Author(s). Published under a  
[Creative Commons Attribution 4.0 International License \(CC-BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

This study analyzes the determinants of economic growth in Angola, with a particular focus on the composition of public spending and its interaction with key macroeconomic variables. Methodologically, the research uses a Vector Autoregressive (VAR) model as the main empirical strategy, allowing the capture of dynamic interdependencies between Gross Domestic Product (GDP), different types of public spending, the exchange rate, the price of oil, and tax revenue. The variables were transformed into natural logarithms and tested for stationarity using the augmented Dickey-Fuller test and subsequently differentiated to ensure adequate time series properties. The results reveal that the effects of public spending on economic growth vary significantly depending on its composition. Public investment has the most robust positive impact, while spending on wages and pensions has moderate effects, and spending on goods and services demonstrates lower economic efficiency. Additionally, the price of oil emerges as a determining variable, reinforcing the external vulnerability of the Angolan economy. The results suggest that the sustainability of economic growth depends not only on the volume of public spending, but above all on its composition, making it crucial to prioritize spending with a greater multiplier effect.

**Keywords:** Logistics Management; Supply chain; Stock; hotels.

## Resumen

Este estudio analiza los determinantes del crecimiento económico en Angola, con especial énfasis en la composición del gasto público y su interacción con variables macroeconómicas clave. Metodológicamente, la investigación utiliza un modelo autorregresivo vectorial (VAR) como estrategia empírica principal, lo que permite capturar las interdependencias dinámicas entre el Producto Interno Bruto (PIB), los diferentes tipos de gasto público, el tipo de cambio, el precio del petróleo y los ingresos fiscales. Las variables se transformaron en logaritmos naturales y se comprobó su estacionariedad mediante la prueba de Dickey-Fuller aumentada, para luego diferenciarlas y asegurar propiedades de series temporales adecuadas. Los resultados revelan que los efectos del gasto público sobre el crecimiento económico varían significativamente según su composición. En particular, la inversión pública muestra el impacto positivo más robusto, mientras que el gasto en salarios y pensiones presenta efectos moderados, y el gasto en bienes y servicios demuestra una menor eficiencia económica. Además, el precio del petróleo emerge como una variable determinante, lo que refuerza la vulnerabilidad externa de la economía angoleña. Los resultados sugieren que la sostenibilidad del crecimiento económico depende no solo del volumen del gasto público, sino sobre todo de su composición, por lo que resulta crucial priorizar el gasto con un mayor efecto multiplicador.

**Palabras clave:** Crecimiento del PIB; Diversificación; Gasto Público; Angola; VAR.

## Introdução

A problemática crônica dos desajustes fiscais e da conta externa tem sido um padrão nos países pobres, resultado de características estruturais comuns a essas economias (Rodrik, 2016). Embora esses problemas não se circunscrevam apenas aos países africanos, são particularmente proeminentes devido a uma combinação de factores históricos, económicos e políticos que caracteriza o continente africano. Os sucessivos déficits fiscais e/ou externos decorrem de uma característica padrão dessas economias, como alta concentração em recursos naturais, elevada informalidade, gestão fraca das finanças públicas e desvalorização da moeda. Esses factos estilizados têm aprisionado há décadas essas economias num ciclo vicioso. Estudos empíricos (Sachs & Warner, 1995), demonstram que economias menos diversificadas, baseadas essencialmente na extração de recursos, têm experimentado a ilusão de um crescimento económico sustentável. Essa ilusão é percebida na aprovação dos Orçamentos Gerais do Estado (OGE), resultando na necessidade crescente de financiamento da economia, muitas vezes acima do permitido por lei, o que aumenta a pressão sobre os gastos sociais essenciais. Sob essa perspectiva, a política fiscal torna-se ineficaz devido aos condicionantes do financiamento externo.

Angola tem enfrentado, nos últimos dez anos, sucessivas crises cíclicas e rápidas desacelerações no crescimento do PIB, após um período de crescimento económico de dois dígitos (2002 e 2008). A estrutura produtiva do país está fortemente concentrada em dois segmentos de atividades económicas: a exploração de petróleo bruto (70%) e diamantes (5%), ambos commodities. A dependência de receitas voláteis tem comprometido em grande medida o crescimento sustentável da sua economia, face ao comportamento oscilante do preço do "ouro negro" no mercado internacional, que dificulta prever com realismo as receitas e a execução eficiente dos gastos públicos. A necessidade de financiamento decorre dos desajustes entre receitas e gastos públicos.

Angola acumulou dívidas públicas significativas, em parte devido à baixa diversificação económica, instituições fracas e excessiva dependência de importações, sobretudo de bens alimentares e equipamentos básico.

Por outro lado, o sistema tributário angolano tem-se mostrado incapaz de reverter os déficits quase que recorrentes. Essa incapacidade decorre de um duplo problema: (1) uma base tributária estreita, marcada por elevada informalidade, e (2) altos tributos aplicados ao sector formal. Esses fatores impactam negativamente a atividade económica, desestimulando investimentos, inibindo a criação de empregos e comprometendo a competitividade das empresas.

A transição para uma economia menos dependente da exploração de commodities assume-se como uma proposta necessária para resolver muitos dos problemas fiscais e estruturais enfrentados por Angola. Uma economia diversificada, com maior valor agregado, promove a expansão da base tributária, estabilidade fiscal, reduz a informalidade e diminui pressão dos gastos sociais.

Entretanto, o caminho para a transição económica angolana passa, necessariamente, por uma reformulação das políticas públicas que permite acelerar a mudança estrutural, promovendo deste modo a industrialização e a manufatura, a agroindústria, a inovação e a tecnologia, bem como a integração regional. A priorização de uma agenda voltada para as energias renováveis representa uma oportunidade estratégica decisiva para Angola. Caminhamos para uma era em que o tão afamado “ouro negro”, outrora sinónimo de riqueza, valerá cada vez menos. Os sinais já são visíveis e irreversíveis, como demonstra a transformação em curso na indústria automóvel global. Ao apostar nas renováveis, o país não apenas diversifica sua matriz produtiva e reduz a dependência de commodities voláteis, mas também cria condições para atrair investimento externo, estimular a formalização de novos sectores e ampliar a base fiscal de forma sustentável.

Angola parece estar presa a um dilema clássico, o da galinha e do ovo: afinal, o que deve vir primeiro, o crescimento económico ou a geração de receitas públicas? A resposta, embora pareça óbvia, revela-se complexa no contexto angolano. A economia precisa crescer para ampliar a arrecadação fiscal, mas, ao mesmo tempo, são necessárias receitas suficientes para financiar gastos públicos eficientes e transformadores. É nesse ponto que se coloca o verdadeiro desafio: romper o ciclo da estagnação e activar o princípio cumulativo de Myrdal, segundo o qual o crescimento só se sustenta quando políticas públicas eficazes reforçam, em cadeia, o dinamismo produtivo e social.

A discussão actual gira em torno da sustentabilidade dos gastos públicos, sobretudo num contexto em que a economia angolana enfrenta severas restrições fiscais, amplificadas pela elevada concentração produtiva. Esse cenário levanta uma questão crítica: quais despesas públicas devem ser priorizadas? Devese privilegiar o pagamento de salários em detrimento de subsídios? Ou a contratação de serviços de assessoria jurídica e económica em vez da reabilitação de infraestruturas como estradas?

Independentemente das preferências, partese do pressuposto de que são gastos necessários. E, se considerarmos o princípio do multiplicador de Keynes, os gastos públicos tendem a ter um papel relevante no estímulo à atividade económica. No entanto, permanece a pergunta central: será que todos os tipos de gasto público contribuem de forma positiva e significativa para o crescimento do PIB angolano?

Essa dúvida abre espaço para uma análise mais aprofundado sobre a eficiência alocativa dos recursos públicos, e sobre a urgência de qualificar a despesa estatal, indo além do volume para considerar seus efeitos multiplicadores reais na economia.

Assim, o objectivo deste estudo consiste em propor prioridades de alocação dos gastos públicos que o Executivo angolano pode adotar, tendo em vista o actual contexto de restrição fiscal.

### **Mudança estrutural em Angola: Bases para mobilização de receitas**

Angola continua aprisionado na armadilha de ilusão de crescimento económico concentrado nas exportações de commodities. A concentração em produtos de baixa integração produtiva, característica das economias africanas, torna o seu crescimento desequilibrado e instável, em decorrência da alta dependência de factores externos do qual a política económica doméstica não tem quase controle sobre elas. Esta situação, aliada as instituições frágeis têm contribuído significativamente para que se observe um ritmo lento de desenvolvimento desta economia ao longo do tempo.

Entretanto, Angola está diante de uma janela de oportunidade em termos de expansão das suas actividades económicas, em relação ao grau de penetração e abertura comercial mercado mundial, segundo a abordagem da complexidade económica. Por um lado, esta abordagem teórica torna possível identificar a melhor estratégia de inserção externa para que o país acelere o seu crescimento económico. Por outro lado, a estabilidade política, a consolidação do processo da democracia e a transparência governativa, devem merecer maior atenção, pois afecta a capacidade do país em atrair mais investimentos externos de qualidade que possam identificar produtos não ubíquos, aumentar a diversificação produtiva, desenvolver sectores emergentes estratégicos e com isso aumentar as receitas fiscais.

Historicamente, Angola e os demais países africanos vêm no comércio internacional à oportunidade mais realística para relançar as bases do desenvolvimento, mediante expansão das suas exportações. Dessa forma, os Estados acreditam que o comércio pode melhorar o desempenho macroeconómico e os indicadores sociais, devido ao acesso de novos mercados, à diversificação produtiva, à ampliação das fontes de rendimento, à acesso a novos conhecimentos e à transferência de tecnologia. Além disso, o comércio estimula o aumento do emprego interno e contribui para a elevação do rendimento, conforme afirmam algumas teses, [Smith (1776); Ricardo (1817); Young (1928); Myrdal (1960); Rosenstein-Rodan (1940); Verdoorn (1949); Balassa (1965); Kaldor (1966); e, mais recentemente, Hausmann e Hidalgo (2009)]. Entretanto, os resultados observados desde o final do século passado têm estado ainda abaixo dos argumentos que permitiram à disseminação das teses do “comércio internacional”.

A mudança estrutural deve ser capaz de proporcionar o aumento de renda per capita das economias no longo prazo, por meio da diversificação voltada para produtos menos disponíveis (não ubíquos), revertendo o paradigma de crescimento conduzido pelas exportações de commodities. Entretanto, torna-se necessário que os Estados adotem políticas públicas inovadoras e sustentáveis, investindo fortemente em capital humano local e infraestrutura logística para que a sociedade se aproprie dos ganhos de acumulação do conhecimento capaz de impulsionar o mercado através das exportações especializada em sectores emergentes da economia.

Smith (1776) explora as causas do crescimento económico dos países, mais relacionados a capacidade de ofertar bens com menor custo de oportunidade. Para Smith, a 'divisão do trabalho' como tal, foi determinante para a produção manufatureira assumir o papel central no processo de crescimento. Ricardo (1817), explicou o comércio internacional através da 'vantagem comparativa'. Deste modo, Smith e Ricardo ajudaram na disseminação do comércio externo sustentado na especialização – produtividade – dos países.

Por seu turno, Young (1928), em seu trabalho "Increasing Returns and Economic Progress" traz a discussão do papel das indústrias no processo de crescimento das economias de escalas e dos retornos crescentes. Segundo o autor, a indústria é o sector económico que melhor aloca os factores de produção, permitindo elevar os retornos sem alterar o preço de produção, devido à sua característica de ter um custo de oportunidade relativamente baixo. Assim, Young associa a ampla produção e a diluição dos custos a uma característica intrínseca das indústrias, que desempenha um papel fundamental no crescimento das exportações e, conseqüentemente, da economia.

Myrdal (1960), ao abordar as desigualdades entre os países no âmbito do desenvolvimento, por meio do comércio, destaca que os países pobres se mantinham na sua condição de pobreza devido à falta de indústrias capazes de romper o "ciclo vicioso".

Segundo Kaldor (1966), a indústria de transformação é inequivocamente o melhor mecanismo para explicar o rápido crescimento económico. O autor demonstrou que a queda rápida da taxa de crescimento da economia do Reino Unido (UK), estava relacionada com a lentidão da expansão das indústrias de transformação, ou seja, a economia perdia competitividade por exportar cada vez menos produtos manufaturados. Portanto, países com maior produtividade industrial tendem a exportar mais produtos manufaturados, promovendo um ciclo virtuoso na economia. Esta tese corrobora Verdoorn (1949), que afirma haver uma relação causal entre a produtividade e o crescimento da produção. Os países que adoptam políticas de fomento à produção têm um efeito similar na produtividade dessa atividade económica. Esta tese é conhecida como "Lei de Verdoorn (1949)".

A diversificação tem sido amplamente debatida e surgiu de forma sistematizada na economia por Hirschman (1958), em seu trabalho 'The Strategy of Economic Development'. Ele utilizou o conceito para explicar as dificuldades enfrentadas pelos países subdesenvolvidos durante a consolidação de políticas económicas que sustentariam sua transição. Para o autor, o processo de desenvolvimento dá-se sem 'desajustes' entre os principais sectores da economia. O investimento público, enquanto variável determinante deste processo, em quantidade suficiente para suprir as necessidades da economia. Para Hirschman (1958), os países em desenvolvimento devem fazer os investimentos estruturantes da economia, para que os efeitos positivos na cadeia produtiva (inte-gração produtiva) sejam plenamente aproveitados pelos mais diversos sectores.

Sachs e Warner (1995), destaca que os países ricos em recursos naturais, mormente, enfrentam um trade off, crescimento económico e diminuição de incentivos para sua diversificação. Estas economias à medida que crescem, por meio da exploração destes recursos, tornam os sectores da indústria de transformação e serviços menos produtivas, dada ausência de ações concretas da parte do governo que permite que a economia caminhe em direção ao desenvolvimento de cadeias de valores diversificadas. Ademais, países ricos em recursos naturais apresentam maiores viés de políticas públicas o que piora a qualidade das instituições. Portanto, a diversificação, nestas economias, exige políticas estruturantes, transparentes, e o fortalecimento de investimentos em outros sectores.

Rocha et al (2018), realçam que a diversificação decore do comprometimento das instituições que pautam por uma conduta política, transparente e de boa governação, e sempre que este compor-tamento der lugar a um outro dificilmente a diversificação se consolida.

A proposta de mudança estrutural se configura como uma alternativa à excessiva concentração produtiva e dependência de sectores de baixa integração. Esta configuração produtiva concentrada na exploração de recursos naturais aliada ineficiência dos gastos públicos tem dificultado a sustentabilidade da economia sem recorrer constantemente aos financiamentos.

Portanto até aqui fica explícito o papel central do governo na economia, sobretudo, em países em desenvolvimento, como é o caso de Angola que se encontra num estágio ainda embrionário do sector privado. Todavia, é preciso que o governo assume as características acima descrita, para que o seu papel não se torne infrutífero.

### **Factos estilizados da economia angolana**

A economia angolana apresenta um perfil comercial que não lhe permite crescer com sustentabilidade, uma vez que exporta mais commodities e adquire do exterior, por exemplo, petróleo refinado, trigo e veículos. Este tipo de importação restringe a capacidade do país de fazer investimentos estruturantes, bem como limita actuação da política fiscal.

O perfil comercial do país tem gerado desajustes fiscais, por um lado, devido aos choques externos face a sua estrutura produtiva, bem como a qualidade de gastos que tem realizado. Sua estrutura produtiva, pouco diversificada, tem dificultado a expansão da base tributária, com isso dá lugar a novos impostos e/ou o agravamento da alíquota. Ademais, as principais actividades económicas (% PIB) contributiva na receita fiscal têm gerado menos empregos.

Os sectores agrícola e serviço empregam cerca de doze milhões de indivíduos, enquanto 8% da força de trabalho está na indústria (gráfico 1). Relativamente ao peso dos sectores no PIB (gráfico 2), os dados [INE (2023)], indicam que o sector petrolífero tem sido o que melhor compõe à indústria (35%). A participação dos sectores na economia (% PIB), tem observado mudanças lentas ao longo dos vinte anos, indústria (45,10% - 56,53%), serviços (38,22% - 39,80%) e agropecuária (5,89% - 13,70%). E embora se observa queda da participação do sector industrial na economia desde 2009, este continua ser o “carrocheiro” da economia, todavia tratase de indústria extrativa.

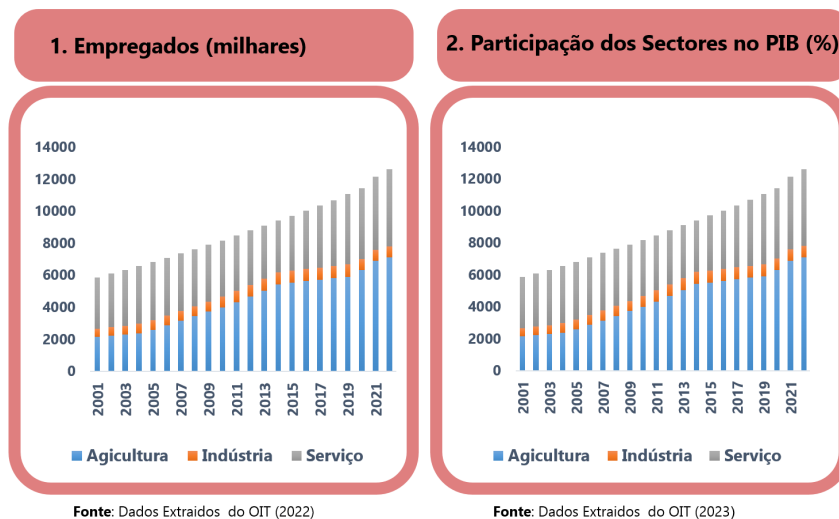


Gráfico 1 e 2. Sectores de Actividade: Empregos criados e Participação no PIB

No âmbito das trocas comerciais (1990 – 2022) o país apresentou um grau de abertura comercial de 0,74. Ou seja, 74% da actividade económica nacional passa pelo comércio externo. Assim, nesta secção, buscamos analisar o índice de Concentração de Produto (IPC), Geni-Hirschman, e o Índice de Vantagem Comparativas Reveladas de Balassa (1965) para Angola. O índice de Geni-Hirschman (ICP) indica se o país apresenta uma pauta de exportações mais concentrada. O índice calculado pela seguinte expressão (Love, 1979):

$$ICP = \sqrt{\sum \left[ \frac{X_{ia}}{X_a} \right]^2}$$

Sendo:

$X_{ia}$  o volume de exportações do bem  $i$  do país ( $a$ );

$X_a$  será o volume total das exportações realizadas pelo país ( $a$ ).

Segundo Vica (2025), o petróleo apresenta um índice médio de 0,91 nos últimos trinta e dois anos, confirmando a excessiva concentração produtiva e alta dependência neste sector. Dada a concentração, verificamos se o país ao menos é competitivo neste sector, recorrendo ao índice da vantagem competitiva (VCR) – tabela 1.

A tabela, imediatamente abaixo, demonstra a limitação das exportações não petrolíferas, indicando claramente que o país precisa aproveitar os recursos captados no petróleo para impulsionar a indústria de manufactura, sobretudo para aqueles produtos que fazem parte da dieta alimentar angolana no intuito de diminuir a pressão cambial para bens cuja vantagem comparativa se mostre maior de 1.

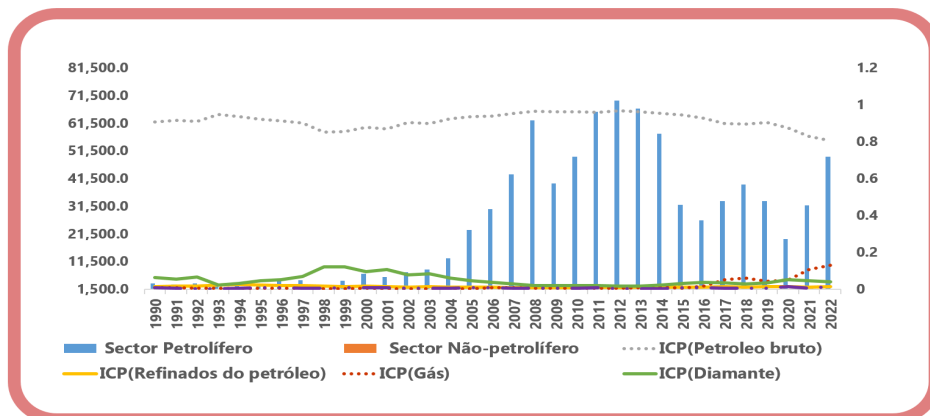
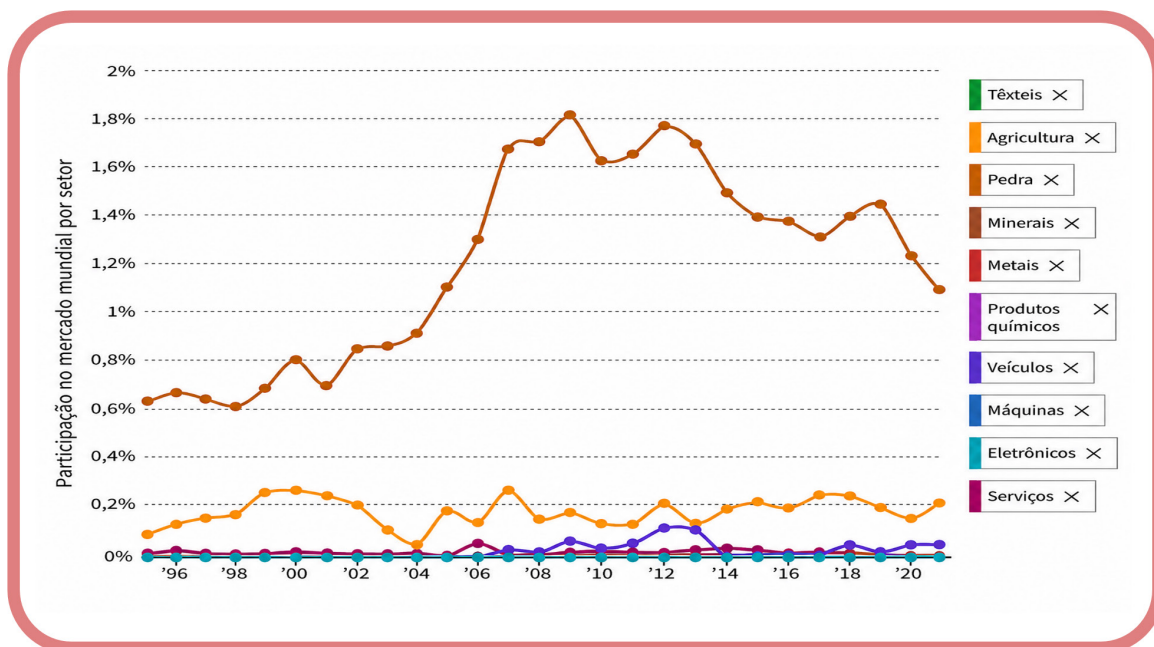


Gráfico 3. Volume de Exportações (em milhões de US\$) do Sector Petrolífero e Sector não Petrolífero e Índice de Concentração dos Produtos Exportados (1990-2022).

Fonte: Vica (2025).

Embora Angola apresente uma janela de oportunidade no comércio internacional, os produtos exportados ainda são de complexidade econômica baixa e moderada, ocupando o 116º lugar dos 133 países mais complexos. Isto indica, que o nível de “knowledge” produzido está ainda abaixo da fronteira do conhecimento mundial. Deste modo, segundo Hausmann e Hidalgo (2009), torna mais difícil o crescimento do PIB per capita por via da expansão das exportações de produtos sofisticados, diferentemente de países como, China, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan, que conseguiram intensificar investimentos direcionado ao capital humano, e passado meio século dominam o mercado mundial nos mais diversos produtos menos ubíquos. Angola face essa limitação exporta produtos ubíquos (fig.1 e tabela 1).



**Figura 1.** Participação (%) dos produtos exportados por Angola no Mercado Mundial.  
**Fonte:** Vica (2025).

**Tabela 1.**  
**Produtos Exportado por Angola com Vantagem Comparativa Revelada (VCR > 1 e VCR- S < 1) (2021)**

PRODUTOS	SECTOR	COMÉRCIO ANGOLANO	COMÉRCIO MUNDIAL	VCR	VCR-S
Óleos de petróleo (bruto)	Minerais	\$27.1B	\$938B	18,3	0,896
Misturas betuminosas	Minerais	\$194M	\$6.22B	18	0,895
Granito	Minerais	\$46.1M	\$2.11B	12,6	0,853
Diamantes	Pedra	\$2.19B	\$114B	11,6	0,841
Aço de liga de ferro e não liga	Metais	\$5.51M	\$562M	5,64	0,699
Gases de petróleo	Minerais	\$2.95B	\$418B	4,1	0,608
Resíduos de cereais	Agricultura	\$17.4M	\$282B	3,6	0,565
Gesso	Minerais	\$4.47M	\$1.59B	1,64	0,242
Óleos etc. de alcatrão de carvão de alta temperatura	Minerais	\$74.1M	\$33.3B	1,29	0,127

**Fonte:** Vica (2025).

As receitas obtidas destes produtos, petróleo bruto, gás e diamante, devem ser aproveitados como catalizadores da economia, no sentido de dinamizarem outros sectores emergentes. Porque embora apresentem vantagens competitiva revelada maior que 1, todavia não permite que o país possa apresentar um crescimento estável das receitas fiscais e com isso compromete o investimento públicos.

Angola, apresenta um comportamento típico de uma economia altamente concentrada em commodities, isso quer dizer que a economia angolana dança ao ritmo dos mercados internacionais de petróleo. A receita do Estado sobe quando o petróleo está em alta, mas colapsa ao menor sinal de queda externa. A recuperação do PIB em 2021 não se explica por transformação estrutural interna, mas sim por um novo alívio temporário nas cotações do petróleo. O risco é eminente: crescer sem diversificar é uma forma de tentar sobreviver entre crises, todavia não elimina ou reduz.

O avanço da taxa de câmbio destrói poder de compra, encarece a dívida externa e gera inflação estrutural. A fragilidade cambial é o sintoma visível de uma economia presa à monocultura exportadora.

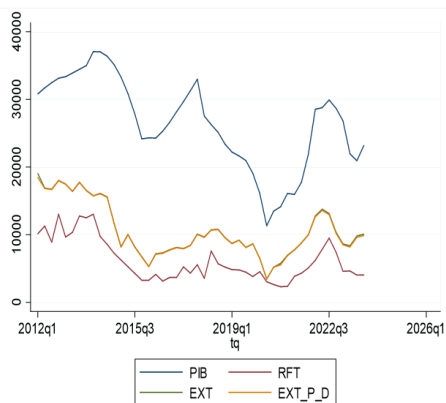
Os gastos públicos (gpub), têm indicado recuos acentuados desde 2015, isto pressupõe, numa primeira observação uma piora da economia, um comportamento contrário ao princípio da demanda efectiva de Keynes, uma vez que se verifica queda do Investimento Estrangeiro Direito, parte significativa dos investimentos realizados pelo privado. Num país que precisa construir seu futuro, gastase mais para manter a máquina do que para transformar a realidade. O corte generalizado desde 2015 impôs contenção, mas não inteligência fiscal. Isso pressupõe uma estrutura de um Estado que paga para funcionar, mas não investe para crescer.

Entretanto, é possível observar que, desde o primeiro trimestre de 2012, o Executivo angolano tem priorizado o aumento das despesas com salários e pensões. No entanto, esse aumento não tem se traduzido necessariamente em reajustes salariais, mas sim na expansão do número de postos de trabalho — ou, sob uma leitura mais pessimista, na duplicação de defectivos e reforço da estrutura administrativa.

Diante do actual contexto de restrição fiscal, o Executivo deve adotar uma postura mais parcimoniosa, alinhada a uma política fiscal prudente, sem, contudo, asfixiar a actividade económica. A austeridade, para ser eficaz, deve ser selectiva. Assim, tornase imperativo priorizar gastos públicos com maior potencial de estímulo ao crescimento económico, capazes de gerar mais empregos, dinamizar a produção interna e ampliar a base de arrecadação fiscal de forma sustentável.

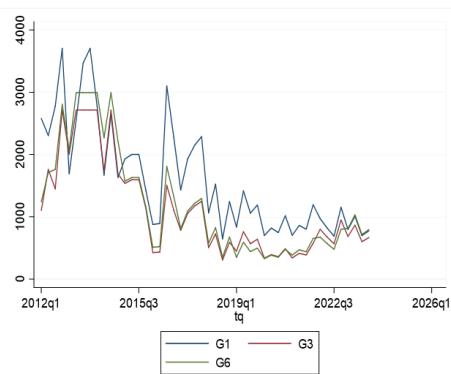
A pergunta que não quer calar. Será que todo gasto público em Angola resiste a uma análise de custo-benefício social? Ou será que mantemos estruturas caras e ineficazes, enquanto faltam remédios nos hospitais e livros nas escolas? A pergunta crucial é: qual gasto serve ao povo e qual serve à burocracia?

#### 4 . PIB (em milhões de US \$)



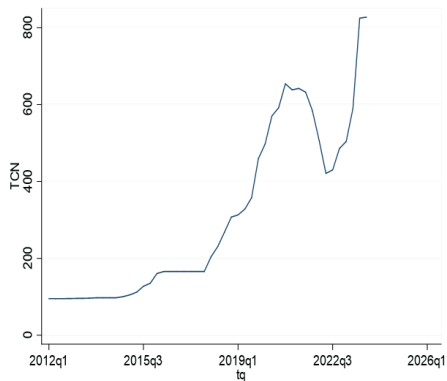
**PIB**  
**RFT (Receita Fiscal Total)**  
**Ext (Exportações Totais)**  
**Ext\_p\_d (Exp. de Petróleo e Diamante)**

#### 5. Gpub (em milhões de US \$)



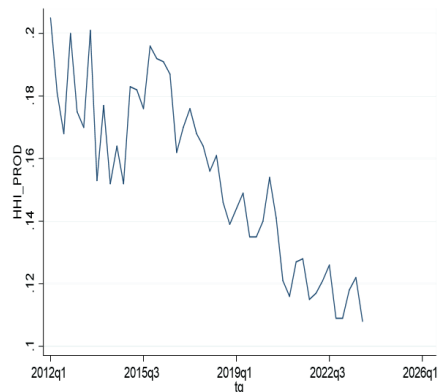
**Gpub1 (Gastos com salários e pensões);**  
**Gpub3 (Gastos com Bens e Serviços)**  
**Gpub6 (Investimentos Públicos)**

#### 6. Taxa de Câmbio (kz/US\$)



Fonte: Elaboração própria. Dados do Minfin.

#### 7. Índice de Diversificação

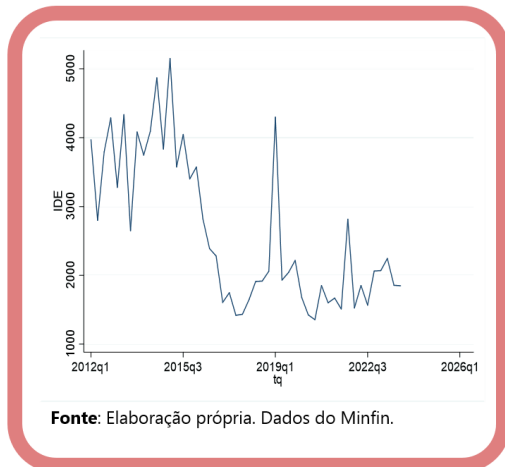


Fonte: Elaboração própria. Dados do Minfin.

**Gráfico 4 – 7.** PIB (em milhões de US \$) / Gpub (em milhões de US \$) / Taxa de Câmbio (kz/US\$) / Índice de Diversificação

A aparente sustentabilidade da dívida pública angolana pode esconder fragilidades estruturais profundas. Uma economia excessivamente dependente de um sector produtivo concentrado e regressivo está constantemente à mercê dos choques externos. Apoiarse nessa estrutura é como erguer um castelo de areia à beiramar: basta uma tempestade — nos mercados internacionais — para que o equilíbrio fiscal e a estabilidade económica desabem com rapidez e força devastadora.

8. IDE (milhões de US\$)



9. Dívida Externa (milhões de US\$)

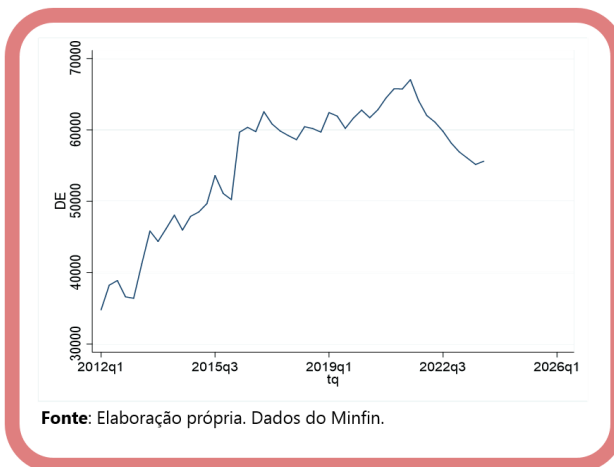


Gráfico 8 e 9. PIDE (milhões de US\$)/ Dívida Externa (milhões de US\$)

Assim, nos propomos na secção abaixo um estudo empírico por formas a identificar quais indicadores económicos impactam mais o crescimento do PIB angolano.

## Metodologia / Material e Métodos

Nesta secção apresentase a estratégia empírica adoptada para identificar os principais factores que influenciam a dinâmica do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em Angola. A seleção das variáveis utilizadas no modelo baseia-se tanto em fundamentos teóricos da literatura macroeconómica quanto nas características estruturais da economia angolana.

Partindo da abordagem proposta por Anthony Thirlwall (1979), segundo a qual o crescimento económico de economias abertas pode ser condicionado pela dinâmica das exportações e por restrições externas, considerase inicialmente a seguinte relação simplificada entre crescimento do produto, taxa de câmbio e exportações:

$$g_{y_t} = g_{cambio_t} + g_{x_t} \quad 2$$

onde  $g$  representa a taxa de crescimento ( $\Delta$  em %),  $Y$  corresponde ao PIB e  $X$  às exportações.

$$g_{y_t} = \ln Y_t - \ln Y_{t-1} \quad 3$$

o que permite reescrever a dinâmica do produto como:

$$\ln Y_t = \ln Y_{t-1} + g_{cambio_t} + g_{x_t} \quad 4$$

Todavia, considerando as particularidades da economia angolana — caracterizada por forte dependência de recursos naturais, elevada concentração das exportações no sector petrolífero e significativa participação do Estado na actividade económica (Vica, 2025), torna-se necessário adaptar o modelo teórico para refletir essas especificidades.

Nesse sentido, assume-se, em linha com a abordagem da demanda efetiva de John Maynard Keynes (1936), que o nível de produto é fortemente influenciado pela dinâmica da demanda agregada, na qual o gasto público desempenha papel relevante. Assim, admite-se que a receita fiscal  $T$  possa ser representada como uma proporção do produto observado no período anterior:

$$T_{t-1} = \tau_t Y_{t-1} \Rightarrow \tau_t = \frac{T_{t-1}}{Y_{t-1}} \quad 5$$

Onde  $T$  representa a receita fiscal e  $\tau$  corresponde à taxa média de arrecadação.

Adicionalmente, considerando que, em economias dependentes de recursos naturais como Angola, grande parte da receita pública está associada às exportações de petróleo [Rodrik, (2016), Vica, (2025)] assume-se que:

$$G_{t-1} = T_{t-1} \quad 6$$

e que as exportações podem ser aproximadas pela dinâmica do preço internacional do petróleo:

$$X_{t-1} \approx \text{precoil}_{t-1} \quad 7$$

Dessa forma, incorporando essas características estruturais da economia angolana, a equação do produto pode ser reescrita como:

$$\ln Y_t = \ln G_{t-1} + g_{\text{cambio}_t} + g_{\text{precoil}_t} \quad 8$$

Essa especificação permite capturar três canais fundamentais de influência sobre o crescimento económico em Angola:

- i. o gasto público, que reflete o papel do setor público na determinação da demanda agregada;
- ii. a taxa de câmbio, que influencia a competitividade externa da economia;
- iii. o preço internacional do petróleo, variável crucial dada a elevada dependência do país em relação às exportações petrolíferas.

Com base nessa estrutura teórica, essas variáveis foram selecionadas para compor o modelo econométrico estimado neste estudo.

Para o efeito, farseá recurso à metodologia de Análise empírica com o modelo VAR (Vetores Autorregressivos), para avaliar as interações entre as variáveis explicadas. Assim sendo neste tópico, pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- iv. Identificar a causalidade entre as receitas fiscais, gastos públicos, e crescimento econômico.
- v. Avaliar o impacto do preço do petróleo sobre a receita fiscal.

O método VAR revela-se especialmente adequado para análises envolvendo múltiplas variáveis económicas que se influenciam mutuamente ao longo do tempo, sem a necessidade de distinção prévia entre variáveis dependentes e independentes. Ao tratar todas as variáveis como endógenas, o VAR se diferencia de outros métodos que exigem a definição explícita de relações causais. No entanto, isso não invalida a formulação da equação (8), que cumpre um papel teórico fundamental ao estruturar os determinantes do crescimento económico. Assim, o modelo VAR contribui para reduzir o risco de erros de especificação, permitindo que as interdependências entre variáveis emergjam diretamente dos dados. Para a pesquisa em concreto, o Var poderá ajudar a compreender: (1) como choques no preço do petróleo afetam receitas fiscais, e taxa de câmbio; (2) a dinâmica entre despesas públicas, taxa de câmbio e crescimento económico. Os dados foram transformados para logaritmo natural, tendo como unidade base milhões de dólares, e estão num horizonte temporal de 2012q1 até 2023q4. A fonte de dados, conforme a tabela abaixo, foram extraídos da base de dados do Ministério das Finanças Angolana e cruzadas com a base de dados do Banco nacional de Angola (BNA) pelo departamento de Estudos estatísticos (DES).

**Quadro 1.**  
**Descrição das Variáveis e fontes**

VARIÁVEIS	SIGNIFICADO	FONTE
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto	Minfin/BNA/DES
<b>Rft</b>	Receita Fiscal Total	Minfin/BNA/DES
<b>Tcn</b>	Taxa de Câmbio	Minfin/BNA/DES
<b>Precoil</b>	Preço do Petróleo	Minfin/BNA/DES
<b>Gpub1</b>	Gastos Públicos c/ salários e pensões	Minfin/BNA/DES
<b>Gpub3</b>	Gastos Públicos c/ bens e Serviços	Minfin/BNA/DES
<b>Gpub6</b>	Gastos Públicos c/Investimentos	Minfin/BNA/DES

Fonte: Própria.

Para reduzir problemas de heterocedasticidade e permitir a interpretação dos coeficientes em termos aproximados de elasticidades, as variáveis monetárias foram transformadas em logaritmo natural. Antes da transformação, os valores estavam expressos em milhões de dólares norte-americanos (USD).

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis, com foco na análise das médias e da dispersão dos dados. A amostra é equilibrada e consistente, com 48 observações para todas as séries temporais. As médias situam-se no intervalo entre 4 e 10, refletindo o uso de logaritmos naturais, transformação que padroniza a escala das variáveis e facilita a interpretação econômica em termos de elasticidade. O PIB destacase como a variável mais estável, apresentando o menor desvio padrão (0,28). Em contrapartida, a Taxa de Câmbio (TCN) exibe a maior volatilidade do conjunto, com desvio de 0,75. De modo geral, os baixos valores de desvio padrão (inferiores a 1) indicam uma reduzida dispersão em relação à média, o que assegura a robustez necessária para a realização dos testes econométricos subsequentes.

**Tabela 2.**  
**Descrição das Variáveis e fontes**

VARIÁVEIS	OBS	MÉDIA	D. PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
<b>PIB</b>	48	10.14748	0.2866123	9.334529	10.52085
<b>Rft</b>	48	8.613217	0.4747303	7.745397	9.475425
<b>Tcn</b>	48	5.462697	0.754084	4.55703	6.718312
<b>precoil</b>	48	4.246976	0.3685345	3.303217	4.776599
<b>Gpub1</b>	48	7.238285	0.5235508	6.469932	8.217398
<b>Gpub3</b>	48	6.79607	0.6621638	5.726913	7.90616
<b>Gpub6</b>	48	6.84417	0.6999853	5.797091	8.004235

Fonte: Própria.

Antes da estimação do modelo econométrico, as propriedades estocásticas das séries foram analisadas por meio do teste de raiz unitária Augmented Dickey-Fuller (ADF), conforme a tabela 3. O objectivo deste procedimento consiste em verificar o grau de estacionariedade das variáveis e evitar a ocorrência de regressões espúrias.

**Tabela 3.**  
**Teste da Raiz Unitária (p<5%)**

VARIÁVEIS	I(0)	I(1)	VARIÁVEIS TRANSFORMADAS EM DIFERENÇA (D)	I(0)	I(1)
<b>Ln_PIB</b>		0.6275	D_Ln_PIB	✓	0.0002
<b>Ln_rft</b>		0.2816	D_Ln_rft	✓	0.0000
<b>Ln_Tcn</b>		0.9824	D_Ln_Tcn	✓	0.0008
<b>Ln_precoil</b>		0.2849	D_Ln_precoil	✓	0.0000
<b>Ln_Gpub1</b>	0.0411			✓	0.0000
<b>Ln_Gpub3</b>		0.1776	D_Ln_Gpub3	✓	0.0000
<b>Ln_Gpub6</b>		0.2789	D_Ln_Gpub6	✓	0.0000

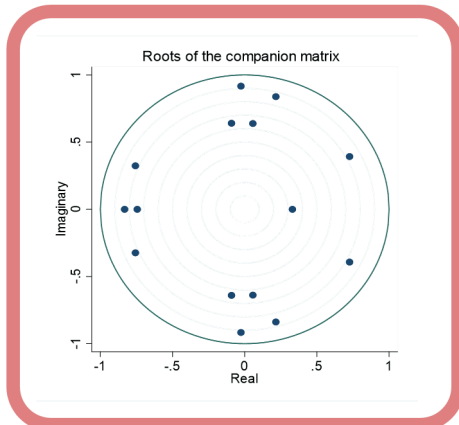
Fonte: Própria.

Obs.: Hipóteses H<sub>(0)</sub>:apresenta raiz unitária;H<sub>(1)</sub>:não tem raiz unitária

Os resultados do teste de Raiz Unitária Dickey-Fuller Aumentado (ADF) indicam que a maioria das variáveis é não estacionária em nível, uma vez que não se rejeita a hipótese nula de raiz unitária (com exceção de Ln\_Gpub1). Contudo, ao aplicar a primeira diferença, todas as séries tornaram-se estacionárias, apresentando um p-valor significativamente inferior a 0,05. Portanto, as variáveis são classificadas como integradas de ordem um,  $I(1)$ , não tendo sido identificadas séries que exigissem diferenciação de segunda ordem  $I(2)$ .

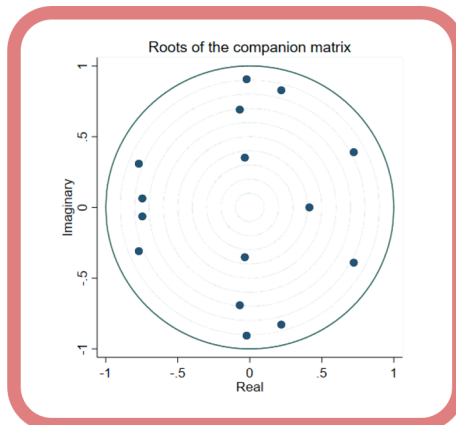
Por conseguinte, seguem-se os testes após a realização da inferência estatísticas. O teste de estabilidade serve para garantir que o modelo não vai falhar ou dar resultados errados ao longo do tempo (Quando o modelo passa nessa fase, demonstra que os dados podem auxiliar nas previsões sobre a economia sem preocupação com possíveis erros de estimação).

#### Teste de Estabilidade do modelo (A)



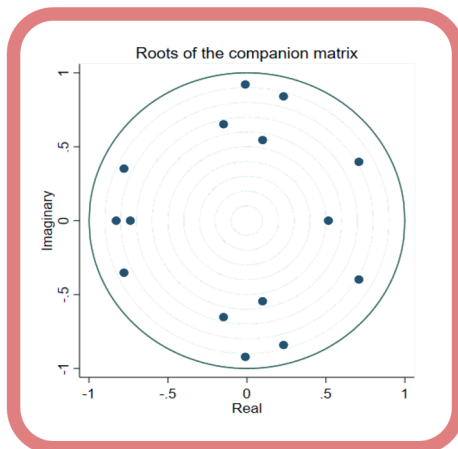
Fonte: Elaboração própria. Stata 15.1)

#### Teste de Estabilidade do modelo B



Fonte: Elaboração própria. Stata 15.1)

#### Teste de Estabilidade do modelo C



Fonte: Elaboração própria. Stata 15.1)

**Gráfico 10.** Testes de Estabilidades dos Modelos Propostos

Os três modelos analisados são totalmente estáveis. Todos os pontos pretos estão dentro do círculo nos gráficos. Isso prova que o modelo matemático não tem falhas. Portanto, os dados analisados são seguros e muito confiáveis.

## Resultados e Discussão

O modelo VAR estimado permite analisar as interações dinâmicas entre choques no preço do petróleo, taxa de câmbio, gastos públicos, receita fiscal e crescimento do PIB. Em linha com a literatura sobre economias dependentes de recursos naturais, como destacado por Jeffrey Sachs e Andrew Warner em seu trabalho de 1995 intitulado: Natural Resource Abundance and Economic Growth. A estrutura produtiva angolana condiciona fortemente os canais de transmissão da política fiscal, tornando a composição da despesa pública um factor central para a dinâmica do crescimento.

O modelo VAR estimado com defasagens (conforme identificado pelos critérios de informação) permite analisar as interações dinâmicas entre os choques nos preços do petróleo, variações na taxa de câmbio, gastos públicos, receita fiscal total e crescimento do PIB. No contexto angolano, caracterizado por forte dependência das receitas petrolíferas, a composição do gasto público pode assumir papel central na dinâmica da demanda agregada. Neste contexto, o objectivo central é verificar como os gastos públicos influenciam o crescimento económico, em um contexto de alta

dependência externa e volatilidade dos preços das commodities. Dessa forma, mantiveram-se constantes as demais variáveis do modelo, alternando-se apenas os tipos de gastos públicos, representados por gpub1, gpub3 e gpub6, com o objectivo de comparar seus efeitos relativos sobre as variáveis fiscais e macroeconômicas. Deste modo teremos três modelos a serem estimados:

$$\ln pib_t = \ln pib_{t-1} + \ln gpub1_{t-1} + \ln tcn_{t-1} + \ln precoil_{t-1} + \ln rft_{t-1} \quad (A)$$

$$\ln pib_t = \ln pib_{t-1} + \ln gpub3_{t-1} + \ln tcn_{t-1} + \ln precoil_{t-1} + \ln rft_{t-1} \quad (B)$$

$$\ln pib_t = \ln PIB_{t-1} + \ln gpub6_{t-1} + \ln tcn_{t-1} + \ln precoil_{t-1} + \ln rft_{t-1} \quad (C)$$

**Tabela 4.**  
Inferência Estatística da equação (A;B e C) para um conjunto de variáveis

DESCRIÇÃO	MODELO A		MODELO B		MODELO C	
<b>Ln_pib</b>	Lags (3)	-0.7357*** (0.000)	Lags (2)	-0.4561** (0.043)	Lags (2)	-0.4471** (0.047)
<b>Ln_gpub</b>	Lags (1)	0.0780** (0.029)	Lags(2)	-0.0686 (0.081)	Lags (1)	0.0818** (0.028)
<b>Ln_tcn</b>	Lags (2)	-0.7443*** (0.002)	Lags 2)	-0.8378*** (0.001)	Lags (2)	-0.7500*** (0.002)
<b>Ln_precoil</b>	Lags (1)	0.3543*** (0.000)	Lags (1)	0.3718*** (0.000)	Lags (3)	0.3489*** (0.001)
<b>Ln_rft</b>		s/sg		s/sg		s/sg
<b>R^2</b>		56%*** (0.000)		56%*** (0.000)		55%*** (0.000)
<b>Obs.</b>		44		44		44
<b>Log likelihood</b>		182.4302		182.5388		187.2875
<b>AIC</b>		-4.65592		-4.66086		-4.87670
<b>FPE</b>		7.79e-09		7.75e-09		6.24e-09
<b>Det -Sigma_ml</b>		1.72e-10		1.71e-10		1.38e-10
<b>JB (p &lt; 5%)</b>		0.31761		0.02121		0.79180

Fonte: Própria apartir do STATA 15.1

Nota: Log likelihood (o logaritmo da verossimilhança mede o quão bem o modelo se ajusta aos dados: quanto maior, melhor); AIC Akaike Information Criterion – mais sensível, favorece modelos com mais parâmetros, quanto menor (negativo) melhor; FPE (Final Prediction Error – mede capacidade de prever o modelo, quanto menor melhor). Det (Sigma\_ml – Indica a qualidade do ajuste e grau de correlação entre os resíduos, valores próximos a zeros são os desejáveis). \*\*, \*\*\* significância estatística ao nível de 5% e 1%; s/sg (sem significância estatística).

#### Validade dos testes:

- Os modelos se apresentam estatisticamente robustos, com uma capacidade explicativa do R<sup>2</sup> entre 55 – 56% e resíduos bem-comportados, exceptuando o modelo B, onde o teste de normalidade indica violação dos resíduos, todavia não compromete análise económicas, face a inferência robusta à não-normalidade.
- Os modelos se apresentam como estáveis, ou seja, não apresentam sinais de quebras que possam comprometer as análises.
- O modelo do investimento público é o melhor especificado estatisticamente (menor AIC, FPE e determinante da variância dos resíduos).

#### Validade económicas:

- O coeficiente negativo e significativo nos três modelos, referente ao PIB, confirma que crescimentos passados do PIB são seguidos por desacelerações, indicando ciclos económicos instáveis ou efeitos de retorno à média. Isso reflete a vulnerabilidade da economia angolana a choques externos e à descontinuidade de políticas de crescimento sustentado.
- O gasto público com salários e pensões (Modelo A), indica um coeficiente positivo e significativo (0.0780, p < 0.05), ou seja, a criação de emprego na função pública tem efeito positivo no PIB, pode refletir estímulo à demanda agregada via consumo das famílias. No entanto, o impacto é relativamente modesto.

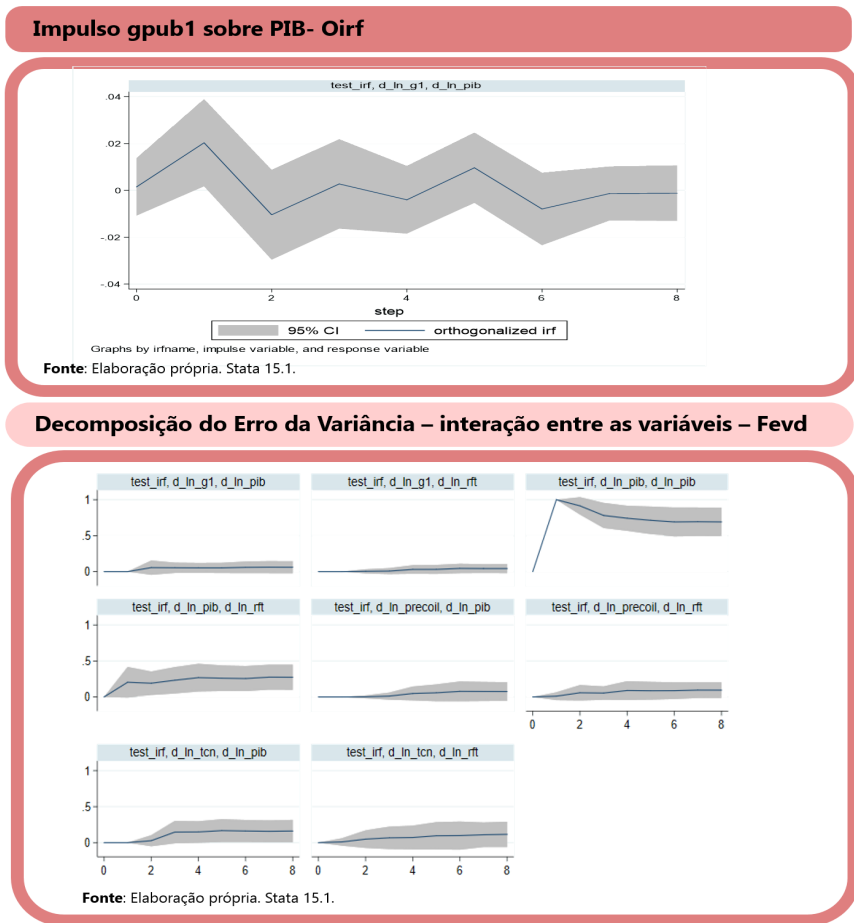
- iii. Modelo B (bens e serviços), apresenta coeficiente negativo, não significativo ( $p = 0.081$ ), o que sugere que esse tipo de gasto não tem efeito relevante sobre o PIB — e possivelmente representa despesas de funcionamento com baixo retorno económico.
- iv. Enquanto, o investimento público (modelo C), indica coeficiente positivo e significativo ( $0.0818$ ,  $p < 0.05$ ), o maior e mais robusto entre os três modelos, confirmando que a Construções de Imóveis, Infraestruturas e Instalações, Meios e Equipamentos de Transporte e Aquisição de Imóveis são tipos de gastos que mais impulsiona o crescimento económico.
- v. A taxa de câmbio, com coeficiente negativo e altamente significativo em todos os modelos ( $p < 0.01$ ). Isso mostra que a depreciação do Kwanza (AKZ/USD) tem efeito negativo sobre o PIB — refletindo aumento do custo de importações e pressão inflacionária.
- vi. A variável preço do petróleo, indica um coeficiente positivo e significativo em todos os modelos ( $p < 0.01$ ). Isso sugere, que a alta do preço do petróleo estimula o PIB, confirmando a dependência estrutural do sector externo.
- vii. Por último, mas não menos importante, as receitas fiscais, sem significância estatística (s/sg). Isso sugere que a receita por si só não afeta diretamente o PIB, reforçando a nossa tese pela qual o seu impacto depende de como os recursos arrecadados são gastos.

A partir da análise de impulso-resposta (OIRF) e da decomposição da variância dos erros de previsão (FEVD), verificouse, nos três modelos estimados, que o crescimento do PIB constitui o principal determinante das receitas fiscais em Angola, (gráficos 10, 11 e 12).

Os choques (impulso resposta) nos gastos públicos mudam o PIB de formas diferentes. O pagamento de salários (gpub1) faz o PIB crescer rápido. A compra de bens e serviços (gpub3) causa uma queda antes de recuperar. O investimento direto (gpub6) faz a economia oscilar bastante. No final, todos os gastos deixam o PIB em nível positivo.

No início, o PIB explica quase toda a sua variação sozinha (decomposição do erro). A força dos gastos do governo aparece com o tempo. Conforme os meses passam, as despesas públicas ganham mais importância. Esse teste confirma que os gastos deixam efeitos longos na economia. Eles continuam mexendo com o PIB por muitos períodos futuros.

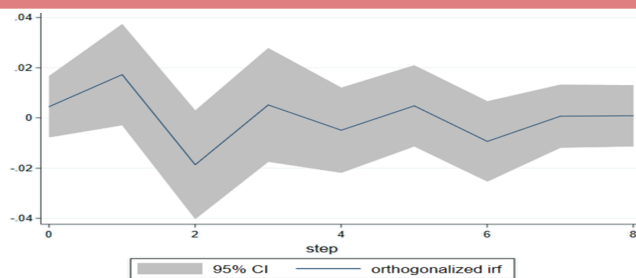
O Modelo A é estável e totalmente confiável. O choque nos salários gera um crescimento rápido e positivo no PIB logo nos primeiros meses. Com o tempo, essa reação passa por pequenas oscilações, mas se mantém firme no campo positivo. A decomposição da variância mostra que o PIB reage bem a esse tipo de gasto, com efeitos que duram por longos períodos na economia.



**Gráfico 11.** Impulso Resposta e Decomposição do erro da Variância modelo A

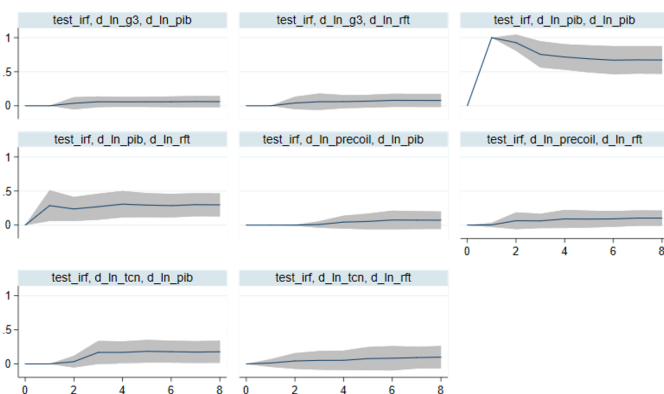
O Modelo B também passou, teste. Quando o governo gasta com bens e serviços, o PIB começa em alta, mas sofre uma queda forte logo em seguida. Depois desse susto inicial, a economia consegue se recuperar e se estabilizar. Esse comportamento mostra que o impacto desse gasto oscila bastante antes de trazer um retorno constante.

### Impulso gpub3 sobre PIB- Oirf



Fonte: Elaboração própria. Stata 15.1.

### Decomposição do Erro da Variância – interação entre as variáveis – Fevd

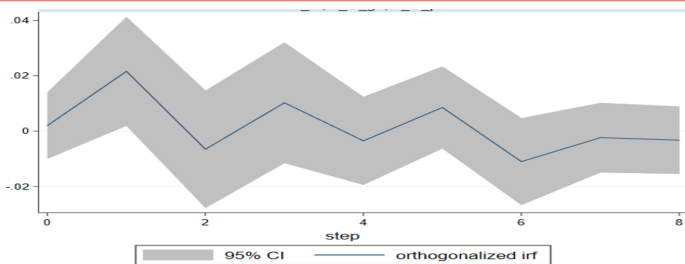


Fonte: Elaboração própria. Stata 15.1.

Gráfico 12. Impulso Resposta e Decomposição do erro da Variância modelo B

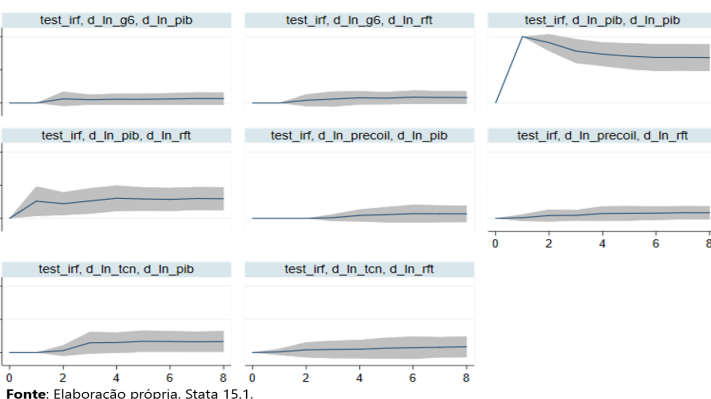
Por último, **modelo C**, apresenta estabilidade garantida para as projeções. O impacto dos investimentos diretos faz o PIB flutuar de forma intensa, subindo e descendo várias vezes ao longo do tempo. Na decomposição da variância, fica claro que a força desse gasto demora um pouco mais para aparecer, mas deixa uma marca profunda e duradoura no crescimento do país.

### Impulso gpub6 sobre PIB- Oirf



Fonte: Elaboração própria. Stata 15.1.

### Decomposição do Erro da Variância – interação entre as variáveis – Fevd



Fonte: Elaboração própria. Stata 15.1.

Gráfico 13. Impulso Resposta e Decomposição do erro da Variância modelo C

Modo gera, essa evidência empírica reforça a necessidade de o Executivo acelerar a agenda de diversificação económica, dado que o aumento das receitas está fortemente associado à expansão da base tributária. Em termos práticos, os resultados indicam que uma estrutura produtiva mais ampla e diversificada possibilita um crescimento da arrecadação fiscal sem recorrer ao agravamento das alíquotas tributárias. Assim, a política económica deve priorizar setores não petrolíferos com elevado potencial de valor acrescentado, de modo a assegurar uma trajetória fiscal mais estável, menos dependente da volatilidade externa, e financeiramente sustentável no médio e longo prazo.

Os resultados empíricos, **tabela 4**, indicam que o impacto da despesa pública sobre o crescimento económico varia significativamente em função da sua composição, corroborando a evidência internacional de que nem todos os tipos de gasto têm o mesmo efeito multiplicador. Em particular, o investimento público (**Modelo C**) apresenta o maior impacto positivo e estatisticamente significativo sobre o PIB, resultado consistente com os estudos de Ethan Ilzetzki, Enrique Mendoza e International Monetary Fund (2011:2013), que demonstram que gastos em capital tendem a gerar maiores multiplicadores, sobretudo em economias em desenvolvimento e com restrições estruturais.

Por outro lado, os gastos com salários e pensões (**Modelo A**) apresentam um efeito positivo, porém de menor magnitude, refletindo um impacto predominantemente associado ao estímulo da demanda agregada via consumo, em linha com a abordagem keynesiana de John Maynard Keynes (1936). Este resultado é também consistente com a evidência empírica de que gastos correntes possuem efeitos mais transitórios e menor capacidade de expansão da produtividade de longo prazo.

Em contraste, os gastos com bens e serviços (**Modelo B**) revelam-se estatisticamente não significativos, sugerindo baixa eficiência económica. Este achado encontra suporte na literatura que aponta para a fraca qualidade do gasto público em economias dependentes de recursos naturais, onde despesas operacionais tendem a apresentar reduzido retorno económico, conforme discutido por Dani Rodrik, em seu trabalho *The Premature Industrialization* publicado em 2016.

No que se refere à taxa de câmbio, o coeficiente negativo e altamente significativo em todos os modelos indica que a depreciação cambial tem efeitos adversos sobre o crescimento económico, refletindo o elevado grau de dependência de importações e a transmissão inflacionária. Este resultado está em consonância com o modelo de overshooting cambial de Rudiger Dornbusch (1976), segundo o qual economias abertas e vulneráveis a choques externos podem experimentar efeitos contracionistas no curto prazo decorrentes de desvalorizações cambiais.

Adicionalmente, o preço internacional do petróleo apresenta impacto positivo e estatisticamente significativo sobre o PIB em todos os modelos, confirmando o papel dominante deste recurso na economia angolana. Este resultado reforça a evidência da literatura sobre a "maldição dos recursos", amplamente discutida por Sachs e Warner, segundo a qual economias altamente dependentes de commodities tendem a apresentar forte sensibilidade a choques externos.

Adicionalmente, a ausência de significância estatística da receita fiscal sugere que o crescimento económico não é diretamente impulsionado pelo volume de arrecadação, mas sim pela forma como os recursos são alocados. Este resultado está alinhado com a literatura recente sobre qualidade da política fiscal, que enfatiza a eficiência do gasto em detrimento do seu volume total, conforme destacado pelo International Monetary Fund (2011).

A análise de impulso-resposta (IRF) e da decomposição da variância dos erros de previsão (FEVD) revela ainda que o crescimento do PIB constitui o principal determinante das receitas fiscais, evidência consistente com a hipótese de endogeneidade fiscal discutida na literatura macroeconómica. Este resultado reforça a necessidade de políticas voltadas para a diversificação económica, uma vez que a expansão da base produtiva emerge como condição essencial para a sustentabilidade fiscal de longo prazo, conforme argumentado por Dani Rodrik (2013).

## Conclusões

- A mudança estrutural deve ser capaz de proporcionar melhoria na componente social da população angolana, no longo prazo, revertendo o crescimento económico concentrado e a vulnerabilidade dos choques externos.
- Os resultados obtidos a partir dos três modelos estimados, cada um representando uma categoria distinta de gasto público (salários, bens e serviços, e investimento público), revelam uma verdade desconfortável, porém incontornável: Angola continua a depender excessivamente do seu ciclo económico para gerar receitas fiscais. Independentemente da natureza do gasto, é o crescimento do PIB que mais explica o comportamento da arrecadação tributária, enquanto variáveis de controlo como o câmbio nominal e o preço do petróleo mantêm influência significativa, refletindo a persistente vulnerabilidade externa da economia.
- Mais inquietante ainda é constatar que o gasto com salários (modelo A) e com investimentos públicos (modelo C) apresentam impacto estatisticamente significativo sobre o crescimento, ao passo que os gastos com bens e serviços (modelo B) não demonstram a mesma eficácia que levanta questões sobre a eficiência alocativa da despesa pública.
- Estes achados deveriam, portanto, desafiar o Executivo angolano a repensar a qualidade com os gastos públicos. Em suma, o estudo lança uma provocação: enquanto a economia continuar concentrada e vulnerável a choques externos, qualquer política fiscal será estruturalmente limitada. O verdadeiro caminho para o fortalecimento das finanças públicas em Angola não está em aumentar impostos, mas sim em ampliar as oportunidades económicas. E apesar da receita fiscal nos três modelos não apresentar significância estatística, continua ser válido a sua relevância na literatura sobre desenvolvimento económico, pós a receita fiscal continuam ser determinante para sustentabilidade dos gastos públicos futuros. Assim sendo, encorajo novas pesquisas sobre a interação das receitas fiscais e os gastos públicos.

- Balassa, B. (1965). Trade liberalisation and “revealed” comparative advantage. *The Manchester School*, 99–123. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9957.1965.tb00050.x>
- Dornbusch, R. (1976). Expectations and Exchange Rate Dynamics. *Journal of Political Economy*, 84, 1161–1176. <https://doi.org/10.1086/260506>
- Hausmann, R., & Hidalgo, C. A. (2009). The building blocks of economic complexity. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 10570–10575. <https://doi.org/10.1073/pnas.0900943106>
- Hirschman, A. O. (1958). *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press.
- Ilzetzki, E., Mendoza, E. G., & Végh, C. A. (2011). How big (small?) are fiscal multipliers? *International Monetary Fund Working Paper No. 11/52*. <https://doi.org/10.5089/9781455218028.001>
- Ilzetzki, E., Mendoza, E. G., & Végh, C. A. (2013). How big (small?) are fiscal multipliers? *Journal of Monetary Economics*, 60(2), 239–254. <https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2012.10.011>
- Instituto Nacional de Estatística -INE. (2023). *Inquérito ao Emprego em Angola*. Luanda: INE .
- Kaldor, N. (1966). *Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom: An inaugural lecture*. Cambridge: University Press.
- Myrdal, G. (1960). *Beyond the Welfare State: Economic Planning and its International Implications*. New Haven: Yale University Press.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2022). *Relatório Mundial sobre Salários 2022–2023: O impacto da inflação e da COVID-19 nos salários e no poder de compra*. Genebra: OIT.
- Ricardo, D. (1817). *On the Principles of Political Economy and Taxation*. London: John Murray.
- Rocha, A. d.; Paulo, Francisco; Bonfim, Luís; e Santos, Regina (2018). *Estudos sobre a Diversificação da Economia Angolana*. Luanda: Universidade Católica de Angola.
- Rodrik, D. (2016). Premature de industrialization. *Journal of Economic Growth*. 1–33. <https://doi.org/10.1007/s10887-015-9122-3>
- Rosenstein-Rodan, P. N. (1940). Problems of industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe. *The Economic Journal*.<https://doi.org/10.2307/2226317>
- Sachs, J. D., & Warner, A. M. (1995). *Natural Resource Abundance and Economic Growth*. Cambridge: National Bureau of Economic Research.
- Smith, A. (1776). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. London: W. Strahan and T. Cadell.
- Thirlwall, A. P. (1979). The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences. *PSL Quarterly Review, Economia civile*, vol. 32(128), 45–53. <https://ideas.repec.org/a/psl/bnlaqr/197901.html>
- Verdoorn, P. J. (1949). Verdoorn, P. J.(21 de Abril de 2026). Factors that Determine the Growth of Labour Productivity. <http://joseluisoreiro.com.br/site/link/3fe533fe1b8ced6c7355e651aec258913eb05977.pdf>
- Vica, P. (2025). The Great Illusion of Growth Driven by Crude Oil Exports The Paradox of Prosperity in the Angolan Economy. *Angolan Mineral, Oil & Gas Journal*, v. 6, n. 6, pp. 1-10. <https://www.amogj.com/index.php/home/article/view/43>
- Young, E. A. (1928). Increasing returns and economic progress. *The Economic Journal*, Vol. 38, No. 152, 527–542. doi:10.2307/2224097